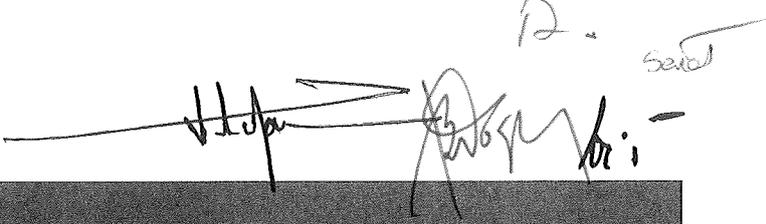


~~V. L. P.~~ A.  
bi  
scs

**Relatório & Contas**  
**minhocom, gestão de infraestruturas**  
**de telecomunicações eim**  
**31 de dezembro de 2017**



## Índice

A)	RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2.	ATIVIDADE DA ENTIDADE	17
3.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	21
4.	PERSPETIVAS FUTURAS	21
5.	AÇÕES PRÓPRIAS	22
6.	AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	22
7.	SUCURSAIS DA SOCIEDADE	22
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
9.	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	22
10.	INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	23
11.	DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
12.	NOTA FINAL	24
B)	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
C)	ÓRGÃOS SOCIAIS	26
D)	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	27
	BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	27
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	28
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017	29
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016	30
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	31
	ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	32
E)	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	55
F)	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	57

## A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2017.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

### 1. Enquadramento macroeconómico

#### 1.1 Quadro macroeconómico internacional

A economia global atravessa um momento de recuperação cíclica que se deverá prolongar nos próximos anos. As atuais projeções apontam para uma aceleração da atividade económica e um crescimento robusto do comércio mundial. O dinamismo da economia mundial, influenciado por um fortalecimento das economias avançadas, particularmente da área do euro e dos Estados Unidos da América (EUA), refletiu-se numa melhoria da produção industrial mundial para os 3,6% em outubro de 2017 face a 1,8% em finais de 2016. O Produto Interno Bruto (PIB) do G20 acelerou para os 3,9% no 3.º trimestre de 2017, influenciado também pela robustez da generalidade dos países emergentes, com destaque para o Brasil e Rússia. A atividade económica dos EUA continua em forte expansão: a produção industrial acelerou para 3,1%, acompanhada de uma subida significativa do indicador de confiança dos serviços; as vendas a retalho e exportações melhoraram significativamente face a 2016. O mercado de trabalho nos EUA evoluiu favoravelmente durante o período de 2017, sendo que a taxa de desemprego estabilizou nos 4,1% e a taxa de inflação homóloga aumentou para os 2,1%.

O PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou para 2,6% em termos homólogos reais, refletindo uma melhoria do investimento e das exportações. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB trimestral da área do euro aumentou de forma expressiva, regressando aos níveis de abril de 2007. No 4.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir tanto na UE como na AE, resultando da melhoria de todos os indicadores de confiança, com destaque para o setor da construção.

Indicadores Macroeconómicos	2015	2016	2017 <sup>(e)</sup>
<b>PIB:</b>			
EUA	2,6	1,5	2,3
UNIÃO EUROPEIA	2,2	1,9	2,6
ÁREA EURO	2,0	1,8	2,6
JAPÃO	1,2	0,9	2,1

Fonte:  
Leitura: Variação Percentual  
(e) - estimativa

GPEARl Finanças

O mercado de trabalho da UE registou uma melhoria gradual ao longo de 2017, salientando-se uma descida da taxa de desemprego, quer para UE quer para a AE, situando-se em 7,4% e 8,8%, respetivamente, em outubro de 2017 (os valores mais baixos desde o início de 2009). Em dezembro de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a generalidade dos setores (indústria transformadora, construção e comércio a retalho), sendo que pioraram para o setor dos serviços.

Em novembro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 1,5%, devido sobretudo à aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 4,7%. A taxa de inflação homóloga das economias avançadas e da China acelerou no período de 2017, sendo que nos EUA subiu para os 2,2% (1,3% em 2016).

Indicadores Macroeconómicos	2015	2016	2017 <sup>(e)</sup>
<b>Inflação:</b>			
EUA	0,1	1,3	2,2
UNIÃO EUROPEIA	0,0	0,3	1,8
ÁREA EURO	0,0	0,2	1,5
JAPÃO	0,8	-0,1	0,5
<b>Taxa de Desemprego:</b>			
EUA	5,3	4,9	4,1
UNIÃO EUROPEIA	9,4	8,6	7,4
ÁREA EURO	10,9	10,0	8,8
JAPÃO	3,4	3,1	2,7
<b>Índice de Produção Industrial:</b>			
EUA	0,3	-1,2	3,4
UNIÃO EUROPEIA	2,2	1,6	4,0
ÁREA EURO	2,0	1,5	3,7
JAPÃO	-1,2	-0,2	3,7

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARl Finanças  
Leitura: Variação Percentual  
(e) - estimativa

Em termos médios anuais, em 2017 o preço do petróleo evoluiu em sentido ascendente, para se situar em 62,4 USD/bbl (54 EUR/bbl). Esta evolução deveu-se sobretudo à extensão do acordo para a redução da produção do petróleo até ao final de 2018, formalizado na reunião da OPEP no final do mês de novembro de 2017, a alguma instabilidade política na Arábia Saudita e ao encerramento durante algum tempo de um oleoduto no Mar do Norte, limitando a produção desta matéria-prima.

Matérias-primas	2015	2016	2017 <sup>(e)</sup>
Petróleo Brent USD/Barril (1)	53,6	45,1	62,4
Bens Agrícolas (2)	-13,5	-5,7	-1,0
Metais (2)	-23,1	-5,4	16,1

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual  
 (e) - estimativa

Ao longo de 2017, assistiu-se a uma apreciação significativa do euro face às principais moedas, com destaque para a apreciação do euro face ao dólar americano. No final de dezembro de 2017, o euro situou-se nos 1,199 dólares americanos, correspondendo a uma apreciação de 12,1% face ao final do ano de 2016 (1,054 dólares americanos). Ao longo de 2017, o euro face ao dólar seguiu uma trajetória marcadamente ascendente, beneficiando de uma forte expansão económica da área do euro, em acumulação com a recuperação do mercado de trabalho, nomeadamente em termos de descida da taxa de desemprego.

Dívisas	2015	2016	2017
EUR/USD	1,089	1,054	1,199
EUR/JPY	131,07	123,00	135,01
EUR/GBP	0,734	0,856	0,887
EUR/CHF	1,084	1,074	1,170

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: Paridade das Dívisas, no final do período

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estáveis para a área do euro, situando-se em -0,33%, em média no período de 2017. O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) manteve, durante o período de 2017, uma política monetária acomodatória, pelo que o nível da taxa de juro de curto prazo permaneceu baixo, mantendo-se ligeiramente negativo no período em questão. O BCE confirmou, no final do ano de 2017, a manutenção das taxas de juro de referência (0,00%). Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida para 1,58%, em linha com a decisão da Reserva Federal de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,25% e 1,50%. As taxas de juro de longo prazo diminuíram quer para os EUA, quer para a área do euro, embora mais acentuado para o último caso. Adicionalmente, tem vindo a observar-se, dentro da área do euro, uma descida no

diferencial das taxas de rentabilidade dos países periféricos face à Alemanha, com destaque para Portugal, o qual se situou em 150 p.b. no final do ano (354 p.b. no final de 2016). Assim, no final de dezembro de 2017, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,33%, -0,27% e -0,19%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para valores próximos de 1,7% no final de 2017.

Taxas de Juro Referência	2015	2016	2017
Zona Euro	0,05	0,00	0,00
EUA	0,50	0,75	1,25 a 1,50
Japão	0,10	-0,10	-0,10
Reino Unido	0,50	0,25	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2015	2016	2017
Zona Euro			
Eonia	-0,13	-0,33	-0,35
Euribor 1 mês	-0,21	-0,37	-0,37
Euribor 3 meses	-0,13	-0,32	-0,33
Euribor 6 meses	-0,04	-0,22	-0,27
Euribor 12 meses	0,06	-0,08	-0,19
EUA			
Libor 3 meses	0,61	1,00	1,69
Japão			
Libor 3 meses	0,08	-0,05	-0,02

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: Percentagem, no final do período

Em finais de 2017, os índices bolsistas dos EUA registaram uma evolução muito positiva, refletindo a revisão em alta do crescimento económico do PIB para 2018, a continuação de uma evolução favorável dos lucros empresariais e a esperada concretização da reforma fiscal. Porém, na área do euro, predomina alguma incerteza quanto às consequências económicas causadas pelo *Brexit*, alguma incerteza causada por indefinições políticas na Alemanha e por recentes atos eleitorais em Espanha.

Assim, em dezembro de 2017, face ao final do ano de 2016, os índices Standard & Poor's 500 e Dow Jones Euro Stoxx apreciaram-se cerca de 16,1% e 16,8%, respetivamente.

Mercados Bolsistas	2015	2016	2017
Dow Jones EURO STOXX	11,8	-9,7	16,8
Nikkei 225	23,9	-11,7	18,0
Standard & Poors 500	6,8	1,5	16,1

Fonte: Banco Central Europeu

O índice PSI-20, ao longo de 2017, teve uma recuperação significativa, tendo valorizado cerca de 15% face ao final de 2016 (-12% em 2016). Trata-se do melhor registo dos últimos quatro anos para o índice de referência e que atribui à bolsa nacional a medalha de bronze na área do euro, que partilha com Itália. Apenas as bolsas da Áustria e da Grécia conseguiram melhores desempenhos.

Adicionalmente, em meados de dezembro de 2017, a Standard & Poor's e a Fitch aumentaram o *rating* da dívida soberana de Portugal. Em resultado disso, o rumo descendente dos juros da dívida faz com que a dívida nacional comporte menos riscos do que a dívida italiana. Ou seja, não é só na disputa pelo bronze em termos de desempenho acionista que os dois países periféricos da Europa rivalizam, acontece o mesmo com os juros no mercado da dívida soberana.

No atual ciclo de recuperação económica mundial, existem fatores de risco que podem afetar as projeções de crescimento para os próximos anos. De entre os riscos descendentes para a atividade destaca-se a possibilidade de agravamento de tensões geopolíticas a nível internacional, de que é exemplo a recente evolução da situação da Catalunha. A possibilidade de as economias avançadas adotarem medidas protecionistas no médio prazo, onde se inclui a hipótese de um impacto mais adverso do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, poderá também contribuir para a incerteza política global. Finalmente, não se pode excluir o cenário de um ajustamento económico mais acentuado em algumas economias emergentes com elevado nível de endividamento, com destaque para a China.

Estes riscos podem ter consequências ao nível da confiança dos agentes económicos, dos preços das matérias-primas e de uma eventual apreciação adicional da taxa de câmbio do euro. A possibilidade de recrudescimento de tensões nos mercados financeiros pode tornar o enquadramento monetário e financeiro menos favorável que o previsto, com consequências ao nível da evolução do consumo e investimento, tendo em conta o possível aumento dos custos de financiamento. Na área do euro, a persistência de vulnerabilidades no sistema bancário de alguns países pode amplificar este risco.

No entanto, estes riscos podem ser mitigados pela possibilidade de o atual momento cíclico se revelar mais forte do que o antecipado a nível global, tendo em conta a melhoria continuada da confiança dos agentes económicos e o potencial impacto das medidas de política orçamental anunciados nos EUA.

## 1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa apresentou um perfil de crescimento económico ao longo do ano de 2017, que deverá manter nos próximos anos, embora a um ritmo progressivamente menor. A economia global atravessa um momento de recuperação cíclica e na área do euro esta recuperação é sincronizada entre os diversos países membros, com os níveis de dispersão de crescimento e inflação a atingir níveis mínimos. A economia portuguesa deverá continuar a ser favorecida por esta dinâmica, através de um comportamento forte das exportações, em particular de turismo. A economia tem também beneficiado de condições monetárias e financeiras particularmente favoráveis, o que aumentou os incentivos ao investimento e ao consumo privado.

Esta evolução traduz-se numa taxa de variação média anual do PIB de 2,6% em 2017, projetando-se um crescimento de 2,3%, 1,9% e 1,7% para os anos de 2018, 2019 e 2020, respetivamente. O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da área do euro, estimando-se que em 2020 se situe cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. Em termos do PIB *per capita*, a convergência real face à área do euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Como tal, esta evolução será insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

A atual recuperação apresenta um perfil agregado do PIB muito próximo do ciclo de recuperação iniciado em 2003. Contudo, esta recuperação foi interrompida pela crise financeira internacional, enquanto a atual expansão a nível global deverá prosseguir em 2018-2020. Adicionalmente, existem diferenças na composição da recuperação da atividade entre os dois ciclos, com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e as exportações de turismo a apresentarem um comportamento mais favorável na atual recuperação face à de 2003. As exportações mantiveram um crescimento robusto, explicado pela evolução da procura externa e pela manutenção de ganhos de quota de mercado.

No que diz respeito à evolução da oferta da economia, a recuperação tem sido transversal aos principais setores de atividade. Na construção, a recuperação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) só se iniciou no final de 2016, após as reduções registadas anteriormente, enquanto na agricultura o VAB tem apresentado um comportamento muito volátil. É de destacar o contributo da componente dos serviços mais diretamente relacionados com o turismo para a recuperação em curso. A construção e a indústria foram os setores a apresentar maior crescimento do VAB no decorrer de 2017, mas a generalidade dos setores apresentou taxas de variação homólogas superiores às de 2016, com os níveis de dispersão intersetorial do crescimento do VAB a situarem-se em níveis muito reduzidos.

Indicadores Macroeconómicos	2015	2016	2017 <sup>(e)</sup>
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	2,6	2,1	2,5
- Consumo Público	0,8	0,6	0,1
- FBCF	4,6	1,6	10,0
- Exportações	6,1	4,1	6,6
- Importações	8,2	4,1	8,3
- PIBpm	1,6	1,5	2,6
Inflação	0,5	0,6	1,4
Índice de Produção Industrial - IT	1,2	2,7	5,7
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	0,2	1,4	6,3
Índice PSI 20	10,7	-11,9	15,2
Taxa de Desemprego	12,4	11,1	8,5

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal  
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego  
 (e)- Estimativa

Num contexto de aumento do rendimento disponível real, de melhoria progressiva das condições do mercado de trabalho e de manutenção de condições favoráveis de financiamento, os níveis de confiança dos consumidores mantiveram um perfil ascendente. Neste quadro, o consumo privado apresentou um crescimento superior ao observado em 2016, em particular na componente de bens duradouros. Em contrapartida, observou-se um abrandamento do consumo de bens não duradouros.

A FBCF apresentou um forte crescimento ao longo de 2017, refletindo um elevado dinamismo nas suas principais componentes (construção, máquinas e equipamentos e material de transporte). No entanto, a queda observada da FBCF desde a crise financeira internacional foi sem precedentes e implicou uma redução muito significativa do peso desta componente no PIB, estimando-se que seja parcialmente revertida nos próximos anos. A atual dinâmica de recuperação da FBCF reflete o comportamento da FBCF empresarial e também da FBCF em habitação. O comportamento do investimento empresarial beneficia de um enquadramento macroeconómico favorável, em particular no que se refere às condições de financiamento e à manutenção de perspetivas de aumento da procura, num contexto de reduzida incerteza. O investimento em habitação, após um trajeto descendente desde o início da década de 2000, iniciou uma recuperação em 2015, projetando-se um crescimento mais robusto desta componente em 2017 e anos futuros. O investimento neste setor tem beneficiado de aumento da procura de residentes e de não residentes, num contexto de condições de financiamento benignas e de atratividade acrescida deste ativo, tendo em conta o crescimento acentuado dos preços de habitação. Após uma redução muito acentuada em 2016, o investimento público deverá apresentar um crescimento significativo em 2017 e 2018, abrandando para um ritmo de crescimento em linha com o PIB nacional.

A inflação, medida pela taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), aumentou significativamente em 2017, apresenta um crescimento para 1,4%, que compara com 0,6% em 2016. Para a aceleração dos preços em 2017 contribuíram tanto a componente energética como a não energética. Para a evolução dos preços da componente não energética é de destacar o crescimento significativo dos preços dos serviços, muito influenciado pela

aceleração de preços em atividades relacionadas com o turismo. Assim sendo, a aceleração dos preços em 2017 reflete o aumento dos preços de importação, de bens energéticos e não energéticos, e um aumento do custo de trabalho unitário.

Adicionalmente, verificou-se uma melhoria dos indicadores qualitativos dos consumidores, com o índice de confiança dos consumidores a melhorar em todos os setores, destacando-se o dos serviços. Por sua vez, os indicadores qualitativos de opinião dos empresários também apresentaram uma evolução positiva em termos homólogos, sendo o índice de volume de negócios o que apresentou o maior aumento percentual. O mercado de trabalho prosseguiu a trajetória de recuperação dos anos mais recentes, sendo que em 2017 o crescimento homólogo do emprego foi de 3% e a taxa de desemprego reduziu-se para 8,5%, face a 11,1% em 2016. Contudo, o crescimento rápido do emprego por comparação com o da atividade nos anos mais recentes tem-se traduzido numa redução da produtividade do trabalho desde 2014. A fraca evolução da produtividade neste ciclo de recuperação é extensível a outros países da área do euro.

Nos últimos anos, observou-se uma reafecção crescente de recursos para o setor dos bens e serviços transacionáveis, que se repercutiu num aumento do crescimento potencial da economia portuguesa. No entanto, permanecem fragilidades estruturais que se refletem no ritmo lento projetado para o processo de convergência real da economia portuguesa. O atual momento cíclico deve ser aproveitado para a correção dos grandes desequilíbrios macroeconómicos que permanecem, nomeadamente para a redução do endividamento público e privado. O investimento deve ser crescentemente dirigido para áreas que permitam aumentar o produto potencial, através do aumento dos níveis de capital por trabalhador e de uma melhor afetação de recursos. Outro desafio está relacionado com o mercado de trabalho, em que, não obstante os progressos observados desde 2013, persiste uma percentagem de desempregados de longa duração de difícil reincorporação no mercado de trabalho. Entre 2011 e 2016, observou-se uma redução da população ativa, parcialmente resultante de fluxos migratórios negativos e de um saldo natural negativo. Os desenvolvimentos demográficos constituem assim um fator restritivo do crescimento potencial da economia portuguesa. Uma abordagem integrada destas diferentes dimensões é fundamental para aumentar o nível de produtividade e de bem-estar económico no longo prazo.

### 1.2.1 O setor das telecomunicações

O ano de 2017 marcou mais uma importante reestruturação no setor das telecomunicações, tanto a nível nacional, como no palco internacional. Desta forma, destacamos os seguintes factos e números que ajudam a caracterizar o dinamismo do setor no contexto mundial:

- Continuação da consolidação do setor das comunicações. Com US \$ 163 bilhões em vendas anuais, a AT & T é agora a maior empresa de telecomunicações do mundo, tendo recentemente adquirido o prestador de serviços de TV por satélite DirecTV. A Verizon é o segundo maior operador e a China Mobile, o terceiro;
- A Ásia já representa 50% do mercado mundial das telecomunicações. A América do Norte foi a segunda maior região, representando cerca de 20% do mercado. A quota da Europa é de cerca de 18% e a África representa cerca de 2% de participação do mercado mundial;
- A banda larga móvel é o segmento de mercado com maior crescimento ao nível global. O crescimento sustentado do consumo de banda larga continua a ser fundamental para o setor de serviços de telecomunicações. Globalmente, o tráfego de dados móveis cresceu em mais de 50% ao ano e o tráfego fixo tem aumentado em cerca de 20%;
- Os EUA acabaram com a neutralidade na Internet. O regulador americano para as comunicações (FCC) aprovou uma resolução que permitirá aos operadores bloquear ou privilegiar os serviços *online* tendo em conta os interesses próprios, sendo apenas obrigados a divulgarem as práticas utilizadas.

No que se refere ao contexto europeu, salientam-se os seguintes acontecimentos:

- Acordo político para a aceleração da conectividade em todos os países do espaço europeu, nomeadamente através da iniciativa "WIFI4EU". O principal objetivo centra-se na oferta, pelas autoridades locais, de ligações wi-fi gratuitas nos locais públicos. Prevê-se que a obrigatoriedade desta medida entre em vigor já a partir do ano 2020;
- Em julho de 2017, foi assinado um acordo entre todos os estados-membros com o intuito de combinar recursos e facilitar o desenvolvimento de serviços 5G. O objetivo é garantir que a Europa se posicione como líder na tecnologia móvel, estabelecendo assim um standard comum para atingir tal fim. A CE já acordou a libertação de espectro para estas redes em 2020;
- Terminou o *roaming* dentro dos 28 países da União Europeia (UE). O *roaming* é um serviço pago às empresas de telecomunicações pela utilização dos equipamentos móveis no estrangeiro. Conforme já anunciado durante o ano de 2016 e após aprovação do Parlamento Europeu a 6 de abril de 2017, a medida teve início a 15 de

junho. O objetivo é reduzir os custos para os consumidores e simplificar a utilização das telecomunicações sem barreiras dentro do espaço europeu.

No contexto nacional, o setor das telecomunicações foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- A finalização do acordo para a aquisição da Media Capital pela Altice. O negócio consistiu na obtenção de todo o capital social da Vertix, SGPS, S.A., empresa que detém cerca de 94,69% do capital social do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (GMC), bem como o lançamento de uma oferta pública de aquisição para cobrir os restantes 5,31% do capital social do GMC. No início de 2018, a materialização deste acordo estava ainda pendente da aprovação da autoridade da concorrência;
- O lançamento de novas iniciativas para aumentar a cobertura em fibra ótica do país (anúncios da MEO e da Vodafone);
- A fibra ótica ultrapassou, pela primeira vez, o resto das tecnologias como principal suporte do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa;
- A relevância dos resultados obtidos através da implementação do Sistema de Informação Centralizado (SIC) pela ANACOM. Esta plataforma, que iniciou a sua operação já no ano de 2016, assume-se como uma ferramenta de grande relevo, que visa reforçar a concorrência no setor das telecomunicações através do acesso a informações relativas à capacidade disponível para a instalação de novas redes. A ANACOM tem, desta forma, o desafio de garantir, gerir e manter a acessibilidade e a disponibilidade desta plataforma que contempla informações atualizadas acerca das redes de comunicações electrónicas;
- O Governo português determinou a celebração de contratos entre as Infraestruturas de Portugal e os operadores de telecomunicações para substituir o traçado aéreo por um traçado subterrâneo nas zonas devastadas pelos incêndios que deflagraram o território nacional no ano de 2017; e garantir, desta forma, uma maior eficiência das comunicações em situações de emergência.

No que se refere aos dados operacionais mais relevantes, destaca-se o desenvolvimento do FTTH – *Fiber To The Home*. O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes em setembro de 2017.

NUTS II	2T17		3T17		Variação 3T17/2T17	Variação 3T17/3T16
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias		
NORTE	671	49,7	691	51,2	3,0%	14,3%
CENTRO	317	35,0	335	37,0	5,7%	27,30%
A.M. LISBOA	897	77,0	910	78,1	1,5%	7,6%
ALENTEJO	83	27,4	90	29,7	8,6%	53,0%
ALGARVE	76	41,0	79	43,0	4,8%	18,1%
REGIÃO AUTO. AÇORES	39	48,1	40	48,6	0,9%	18,2%
REGIÃO AUTO. MADEIRA	57	61,6	59	63,7	3,4%	12,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.140</b>	<b>52,4</b>	<b>2.204</b>	<b>54,0</b>	<b>3,0%</b>	<b>14,4%</b>

Unidade: Milhares de agregados domésticos privados (famílias), %  
Fonte: ANACOM

Nota: Nos relatórios anteriores (até ao 2T2016) estes indicadores eram calculados por 100 alojamentos.

Tal como se pode constatar pela análise do quadro acima, este rácio tem vindo a crescer consideravelmente. Entre o 2.º trimestre de 2017 e o 3.º trimestre do mesmo ano verificou-se um crescimento na ordem dos 3,0%. Esta variação positiva é ainda mais acentuada quando comparamos o 3.º trimestre de 2017 (3T17) com o seu período homólogo em 2016 (acréscimo de 14,4%).

NUTS II	2T17		3T17		Variação 3T17/2T17	Variação 3T17/3T16
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias		
NORTE	671	49,7	691	51,2	3,0%	14,3%
CENTRO	317	35,0	335	37,0	5,7%	27,30%
A.M. LISBOA	897	77,0	910	78,1	1,5%	7,6%
ALENTEJO	83	27,4	90	29,7	8,6%	53,0%
ALGARVE	76	41,0	79	43,0	4,8%	18,1%
REGIÃO AUTO. AÇORES	39	48,1	40	48,6	0,9%	18,2%
REGIÃO AUTO. MADEIRA	57	61,6	59	63,7	3,4%	12,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.140</b>	<b>52,4</b>	<b>2.204</b>	<b>54,0</b>	<b>3,0%</b>	<b>14,4%</b>

Unidade: Milhares de agregados domésticos privados (famílias), %  
Fonte: ANACOM

Nota: Nos relatórios anteriores (até ao 2T2016) estes indicadores eram calculados por 100 alojamentos.

Dado o foco das empresas de telecomunicações do dstgroup no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

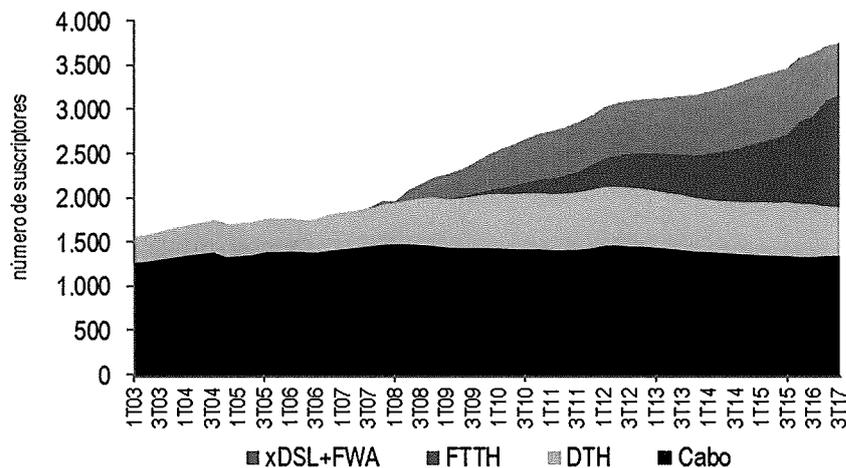
Assim, de acordo com os indicadores publicados trimestralmente pelo organismo regulador do setor (ICP – ANACOM), o número de assinantes de televisão por subscrição (considerando não só soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 3.º trimestre de 2017, cerca de 3,8 milhões, mais 33 mil assinantes que no

trimestre anterior. Quando comparado com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 3,2%, ou seja, mais 116 mil assinantes.

O aumento do número de assinantes por tecnologia do serviço de televisão por subscrição no 3T17 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH/B), que registaram mais 70 mil assinantes no final do trimestre. Para este crescimento muito contribuiu a transferência para FTTH/B de clientes que consumiam outras tecnologias, bem como a angariação de novos clientes.

### Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição

#### Por tecnologia



Fonte: IPC - ANACOM

Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 3T17 o serviço de distribuição de TV por cabo representava 36,1% do total de assinantes, o DTH 14,8%, o xDSL 15,7% e a fibra ótica (FTTH/B) 33,4%.

No exercício económico em análise e tendo por base o 3T17, o Grupo NOS deteve a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 43%, seguida da MEO com 38,1% e da Vodafone e NOWO com 14% e 4,7% respetivamente. De salientar que a Vodafone foi a entidade que mais assinantes captou no 3T17.

No final do 3T17, e de acordo com informação prestada pelo Barómetro de Telecomunicações da Marktest-Rede Fixa, cerca de 75,3% dos lares com TV por subscrição dispunham de mais de 100 canais.

Por outro lado, o acesso a canais *premium* diminuiu face ao ano anterior, em 0,7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior. (Fonte: IPC – ANACOM)

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM, registavam-se em Portugal, no 3T17, cerca de 3,5 milhões de acessos físicos à Internet em local fixo. De salientar ainda que 6,95 milhões de utilizadores utilizaram Internet em banda larga móvel.

### Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

Ao contrário do que aconteceu em 2016, no ano de 2017, o acesso à Internet suportado em fibra ótica (FTTH/B) foi a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa, com cerca de 37,1% do total dos acessos com referência ao 3T17. Surge de seguida o *modem* cabo que representa cerca de 32,7% do total. Em terceiro lugar surge o ADSL, com uma representação de cerca de 22,3% dos acessos. Esta tecnologia registou uma quebra face ao período homólogo na ordem dos 18,7 pontos percentuais.

De salientar ainda as ofertas suportadas em LTE em local fixo, que representam cerca de 7,7% do total de acessos, com um crescimento de 2,3% no 3T17 e 12% no último ano. (Fonte: IPC – ANACOM)

### Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	3T16	2T17	3T17	Δ %	
				3T17/2T17	3T17/3T16
<b>Total de acessos, dos quais:</b>	<b>3.323</b>	<b>3.465</b>	<b>3.519</b>	<b>1,6%</b>	<b>5,9%</b>
<b>Acessos FTTH/B</b>	1.014	1.228	1.305	6,3%	28,7%
% do Total de banda larga fixa	30,5%	35,4%	37,1%		
<b>Acessos modem cabo</b>	1.100	1.147	1.155	0,7%	5,0%
% do Total de banda larga fixa	33,1%	33,1%	32,8%		
<b>Acessos ADSL</b>	964	822	784	-4,6%	-18,7%
% do Total de banda larga fixa	29,0%	23,7%	22,3%		
<b>Acessos LTE em local fixo</b>	241	264	270	2,3%	12,0%
% do Total de banda larga fixa	7,3%	7,6%	7,7%		
<b>Outros</b>	4	3	4	4,4%	2,3%
% do Total de banda larga fixa	0,1%	0,1%	0,1%		

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes da MEO, no final do terceiro trimestre de 2017 situou-se nos 39,5%.

Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

Operador	2016		2017		
	3T16	4T16	1T17	2T17	3T17
MEO	41,7%	40,9%	40,1%	39,8%	39,5%
<b>Grupo NOS</b>	<b>37,2%</b>	<b>37,4%</b>	<b>37,7%</b>	<b>37,7%</b>	<b>37,5%</b>
NOS Comunicações	34,9%	35,10%	35,4%	35,4%	35,2%
NOS Madeira	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%
NOS Açores	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%
<b>Vodafone</b>	<b>16,7%</b>	<b>17,3%</b>	<b>17,7%</b>	<b>18,0%</b>	<b>18,5%</b>
<b>Grupo Apax</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,3%</b>
Cabovisão/NOWO	4,0%	4,0%	4,1%	4,1%	4,2%
ONITELECOM	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
<b>Outros Prestadores Alternativos</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: %

O Grupo NOS dispõe de uma quota de acessos de 37,5%, resultantes da fusão do Grupo ZON com a Optimus que ocorreu no 3T13.

Relativamente à Vodafone, de referir o ritmo crescente no que à captação de assinantes por trimestre diz respeito, atingido uma quota de 18,5% no final do 3T17 (+1,8 pontos percentuais do que no 3T16).

Em relação ao número de acessos telefónicos principais registou-se uma variação homóloga positiva de 0,8%, sendo que se verificou um crescimento dos acessos VoIP/VoB na ordem dos 14,8%, nos quais se incluem os acessos suportados nas redes de fibra ótica (FTTH/FTTB), que aumentaram 25,9% e as redes de TV por cabo (+3,6%).

Com referência ao final do 3T17, a MEO garantiu uma quota de clientes de 44,9% neste segmento. O Grupo NOS é o 2.º maior prestador, com uma quota de 35,3%, seguindo-se a Vodafone, com uma quota de 15,7%.

De referir ainda que a Vodafone foi o prestador que mais assinantes angariou neste período, em termos líquidos.

**Número de acessos de telefone fixo**

	3T16	2T17	3T17	Variação 3T17 / 2T17	Variação 3T17 / 3T16
<b>Acessos Principais Totais</b>	4.762	4.789	4.802	0,3%	0,8%
<b>Acessos Analógicos</b>	1.668	1.482	1.435	-3,2%	-14,0%
(dos quais) Postos Públicos	21	20	20	-0,8%	-4,5%
<b>Acessos RDIS e Diginet</b>	393	359	343	-4,3%	-12,6%
Básicos	172	153	147	-3,6%	-16,0%
Primários	215	203	193	-5,0%	-10,0%
Fracionados	2	2	2	-5,5%	-13,2%
Outros acessos digitais	1	1	1	13,9%	37,7%
<b>GSM / UMTS</b>	509	509	509	-0,1%	-0,1%
<b>VoIP / VoB</b>	2.192	2.438	2.516	3,2%	14,8%

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de acesso

Em 2018, espera-se que o IPC-Anacom continue a desenvolver as prioridades estratégicas definidas para o triénio de 2017-2019, que se orientam para os seguintes pontos:

- Garantia e proteção dos direitos dos cidadãos;
- Promoção de concorrência entre mercados;
- Garantia da gestão eficiente dos recursos públicos;
- Promoção da cooperação institucional e técnica; e
- Promoção da eficiência e da eficácia internas.

## 2. Atividade da entidade

### 2.1 Organização

A Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M., doravante designada por “Minhocom”, ou “entidade”, foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de “*Equal Access Networks*”, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

A rede da Minhocom abrange os Municípios de Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

*Minhocom*

*[Handwritten signature]*

12.  
*Diário*

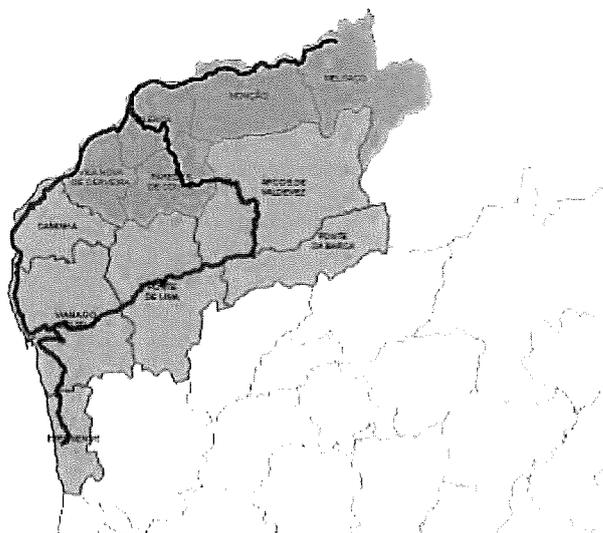
A sua atividade ao longo de 2017, à semelhança dos períodos anteriores, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

A manutenção dos resultados positivos da entidade no período deve-se à contínua cooperação entre os seus acionistas públicos e privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo de 2017.

No dia 30 de novembro 2017 foi finalizado o processo de fusão da Minhocom (entidade incorporante) com a Valicom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M. ("Valicom"), (entidade incorporada), uma congénere que abrange os Municípios de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Esposende, Caminha e Ponte da Barca. Neste sentido, o âmbito de atuação da Minhocom alargou-se à região do Vale do Lima.

Em consequência da fusão por incorporação, a Valicom foi extinta, transmitindo-se a universalidade dos respetivos direitos e obrigações para a Minhocom, sociedade que assegurará um desenvolvimento estruturado e harmonioso das atividades desenvolvidas pela sociedade incorporada.

A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela Minhocom, em termos de backbone, assume a configuração constante abaixo.



## 2.2 Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da Minhocom implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

Com efeito, fruto de uma aposta numa gestão otimizada de recursos e contenção de custos, os custos de exploração foram ligeiramente inferiores àquela que foi a previsão orçamental para o período de 2017.

## 2.3 Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e, sendo a Minhocom um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente *track record* histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a Minhocom se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

## 2.4 Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais. O nível de rendimentos de exploração mantém a sua linha face ao período anterior, alcançado através da criação de novos serviços e do acesso a uma rede maior de infraestruturas, sendo expectável que, em 2018, se mantenha o mesmo ritmo de crescimento sustentado ao nível da prestação de serviços de *wholesale*.

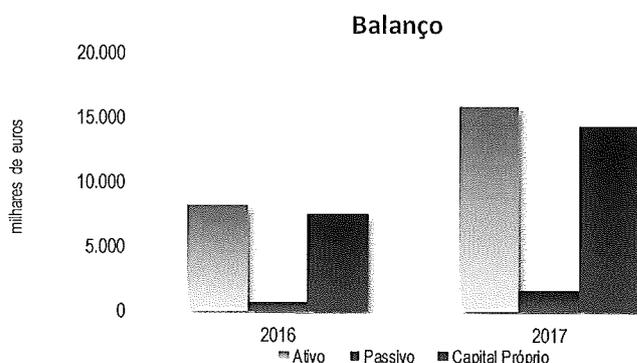
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à Minhocom ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

## 2.5 Análise económico-financeira

Tal como mencionado nos pontos anteriores, a 30 de novembro de 2017 ficou concluído o processo de fusão por incorporação da Valicom, entidade incorporada, na Minhocom, entidade incorporante, pelo que o valor total de balanço aumentou 7,7M€ face ao período de 2016. Assim, no final do período de 2017, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis e os saldos a receber de Clientes, ao passo que, no lado do Passivo, ressaltam as rubricas Outras dívidas a pagar, que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS\_C, e os Diferimentos.

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010.



No que respeita ao Capital Próprio da entidade, é de notar o aumento do capital subscrito para os 100.000€, em resultado da fusão. Na rubrica Outros Instrumentos de Capital Próprio encontram-se registadas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 12,3M€. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante de 4,7M€, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS\_C. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira próximo dos 90%.

Em 2017, o EBITDA da entidade evoluiu positivamente para 258,2m€, o que representa um aumento de 9,6% face ao período anterior e uma notável evidência da sustentabilidade operacional da Minhocom.

O volume de negócios superou os 377,8m€ no ano, com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 1,4m€.

A Minhocom manteve, em 2017, uma excelente *performance* da sua atividade operacional, facto que se reflete positivamente nos seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2015	2016	2017
<b>Indicadores Económicos</b>			
Valor Acrescentado Bruto*	236.487	266.036	281.392
EBITDA*	208.781	235.633	258.240
EBITDA %	60,37%	68,76%	68,35%
Cash-Flow*	239.374	235.362	257.813
Rotação do Ativo Fixo	3,29%	3,26%	1,99%
Rotação do Ativo Circulante	73,09%	56,03%	155,86%
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Autonomia Financeira	90,05%	91,14%	89,90%
Liquidez Geral	207,97%	418,43%	57,98%
Solvabilidade Total	905,27%	1028,15%	890,49%

\*Valores em euros

Salienta-se que, não só a Minhocom manteve um notável rácio de autonomia financeira, como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2017, a entidade alcançou um gerou *cash flows* superiores a 257,8m€, o que é um dado de salutar.

### 3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

### 4. Perspetivas futuras

No decorrer do período de 2018 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como as entidades locais relevantes para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede privada de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da Minhocom, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

## 5. Ações próprias

No decurso do período de 2017 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2017, a sociedade não detinha ações próprias.

## 6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2017 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

## 7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

## 8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido positivo do período de 2017, no valor de 1.365,24€ (mil, trezentos e sessenta e cinco euros e vinte e quatro centimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	68,26€
Resultados Transitados.....	1.296,98€

## 9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

## 10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

## 11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

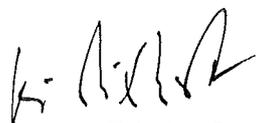
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 1 de fevereiro de 2018.

## 12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*

Vitor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*



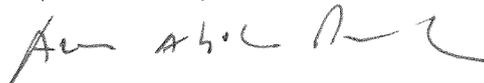
João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)



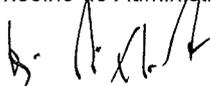
## B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, apresentamos, de seguida, a lista de ações abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de dezembro de 2017, os membros do Conselho de Administração e de fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade.
2. Os seguintes acionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de dezembro de 2017, de pelo menos um décimo do capital:
  - i. dstelecom, s.a., com 48,49% do capital;
  - ii. Vale e Mar – Comunidade Urbana, com 27,335% do capital;
  - iii. Associação de Municípios do Vale do Minho, com 23,665% do capital.

Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

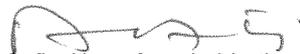


José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

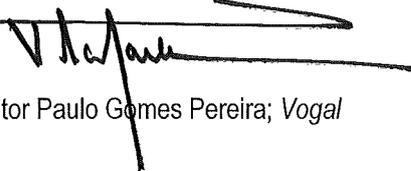
Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*



Vitor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

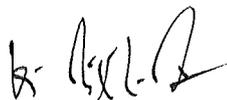
(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)

António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)

## C) Órgãos Sociais

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



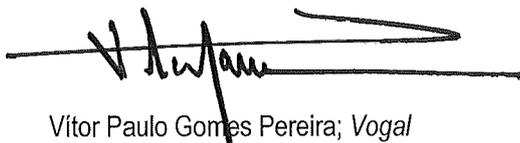
José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



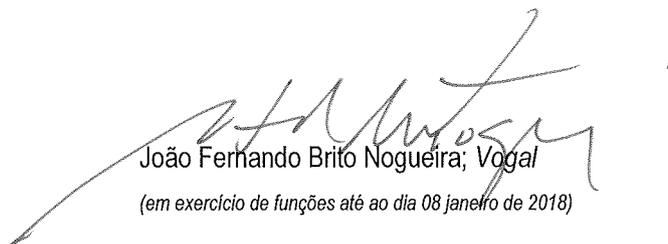
Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: António José Fernandes Barbosa

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

### ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Maria Manuela Alves Malheiro (ROC n.º 916)

## D) Demonstrações Financeiras Individuais

### Balanco Individual em 31 de dezembro de 2017

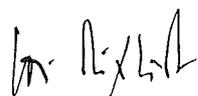
Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	15.669.389,63	7.628.421,69
		15.669.389,63	7.628.421,69
Ativo corrente			
Clientes	7	177.672,85	589.140,98
Estado e outros entes públicos	9	15.230,90	5.794,21
Outros créditos a receber	8	33.283,15	8.336,53
Diferimentos	10	232,43	511,00
Caixa e depósitos bancários	4	15.995,94	7.808,77
		242.415,27	611.591,49
<b>Total do ativo</b>		<b>15.911.804,90</b>	<b>8.240.013,18</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	100.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	12.288.597,46	6.479.588,53
Reservas legais		5.577,48	973,43
Resultados transitados		(2.796.311,45)	(1.334.935,55)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		4.706.123,53	2.311.600,10
Resultado líquido do período		1.365,24	2.383,91
<b>Total do capital próprio</b>		<b>14.305.352,26</b>	<b>7.509.610,42</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	14	1.188.382,08	584.238,62
		1.188.382,08	584.238,62
Passivo corrente			
Fornecedores	13	34.186,53	8.513,20
Estado e outros entes públicos	9	21.527,48	10.630,50
Outras dívidas a pagar	14	73.325,10	38.714,16
Diferimentos	10	289.031,45	88.306,28
		418.070,56	146.164,14
<b>Total do passivo</b>		<b>1.606.452,64</b>	<b>730.402,76</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>15.911.804,90</b>	<b>8.240.013,18</b>

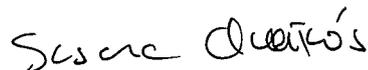
Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 55854,



Sara da Silva Teixeira



Sara

### Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	15	377.816,93	342.701,39
Fornecimentos e serviços externos	17	(107.876,84)	(89.928,48)
Gastos com o pessoal	18	(25.913,09)	(26.161,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(3.936,06)	-
Outros rendimentos	19	19.743,42	13.091,34
Outros gastos	20	(5.530,67)	(4.069,64)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>254.303,69</b>	<b>235.633,16</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(252.512,17)	(232.977,74)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.791,52</b>	<b>2.655,42</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.791,52</b>	<b>2.655,42</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(426,28)	(271,51)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.365,24</b>	<b>2.383,91</b>

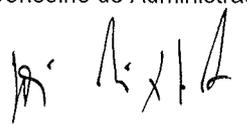
  

Resultado por ação básico		0,07	0,24
---------------------------	--	------	------

Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 55854,





Sara da Silva Teixeira



## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2017

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2017		50.000,00	6.479.588,53	973,43	(1.334.935,55)	2.311.600,10	2.383,91	7.509.610,42
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado de 2016				119,20	2.264,71		(2.383,91)	-
Alterações em outras variações no capital próprio: Método de equivalência patrimonial						(158.002,11)		(158.002,11)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período						33.180,40		33.180,40
Ajustamentos em subsídios ao investimento	2	50.000,00	6.662.220,46	4.484,85	(1.463.640,61)	2.519.345,14		7.772.409,84
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		50.000,00	6.662.220,46	4.604,05	(1.461.375,90)	2.394.523,43	(2.383,91)	7.647.588,13
<b>Resultado líquido do período</b>							1.365,24	1.365,24
<b>Resultado integral</b>							1.365,24	1.365,24
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de capital								-
Realização de prémios de emissão								-
Distribuições			(853.211,53)					(853.211,53)
Entradas para cobertura de perdas								-
Outras operações								-
Posição em 31 de dezembro de 2017		100.000,00	12.288.597,46	5.577,48	(2.796.311,45)	4.706.123,53	1.365,24	14.305.352,26

Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Queiroz

Susana Queiroz

Susana Queiroz

Susana Queiroz

## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2016

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2016		50.000,00	6.479.588,53	591,10	(1.342.199,83)	2.426.687,78	7.646,61	7.622.314,19
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado de 2015		-	-	382,33	7.264,28	-	(7.646,61)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:		-	-	-	-	-	-	-
Método de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	-	(145.680,61)	-	(145.680,61)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	30.592,93	-	30.592,93
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		-	-	382,33	7.264,28	(115.087,68)	(7.646,61)	(115.087,68)
<b>Resultado integral</b>							2.383,91	2.383,91
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							2.383,91	2.383,91
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Realização de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2016		50.000,00	6.479.588,53	973,43	(1.334.935,55)	2.311.600,10	2.383,91	7.509.610,42

Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

minhocom, eim Sora da Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 55854,

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

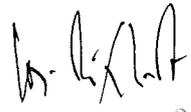
Período findo em 31 de dezembro de 2017

Unidade monetária: euros

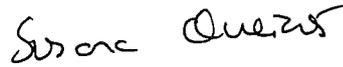
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		931.982,68	217.443,67
Pagamentos a fornecedores		(110.590,13)	(154.712,39)
Pagamentos ao pessoal		(29.585,39)	(26.431,38)
Caixa gerada pelas operações		791.807,16	36.299,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.284,73)	(487,53)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		<b>789.522,43</b>	<b>35.812,37</b>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(37.899,83)
		-	(37.899,83)
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		-	<b>(37.899,83)</b>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		(853.211,53)	-
		(853.211,53)	-
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		<b>(853.211,53)</b>	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)			
		<b>(63.689,10)</b>	<b>(2.087,46)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	7.808,77	9.896,23
Efeito da fusão da valicom na minhocom		71.876,27	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	15.995,94	7.808,77

Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

  
Soraia da Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 55854,



## Anexo em 31 de dezembro de 2017

### 1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações eim.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma microentidade, mas optou por manter a aplicação das NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Contudo, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Projeto de fusão por incorporação com referência a 30 de novembro de 2017:

No dia 30 de novembro de 2017 foi finalizado o processo de fusão da Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações EIM ("Minhocom"), entidade incorporante, com a Valicom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações EIM ("Valicom), entidade incorporada. O projeto de fusão foi elaborado, em conjunto, e aprovado pelas administrações das duas sociedades envolvidas, com efeitos contabilísticos e fiscais a partir de 30 de novembro de 2017, sob a modalidade de fusão por incorporação, mediante a transferência total para a sociedade incorporante, Minhocom, pelo respetivo valor contabilístico, de elementos ativos e passivos que integram o património da sociedade incorporada, Valicom.

Assim, a Valicom transferiu, para a sociedade incorporante, os seguintes ativos e passivos, que totalizam um património de 7.772.409,84€:

Unidade monetária: euros		Unidade monetária: euros	
RUBRICAS		RUBRICAS	
ATIVO		PASSIVO	
Ativo não corrente		Passivo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	8.451.482,22	Outras dívidas a pagar	639.942,81
	8.451.482,22		639.942,81
Ativo corrente		Passivo corrente	
Clientes	136.879,81	Fornecedores	21.105,89
Estado e outros entes públicos	9.818,06	Estado e outros entes públicos	7.228,91
Outros créditos a receber	22.768,09	Outras dívidas a pagar	40.680,68
Diferimentos	79.228,12	Diferimentos	290.684,44
Caixa e depósitos bancários	71.876,27		359.699,92
	320.570,35		999.642,73
<b>Total do ativo</b>	<b>8.772.052,57</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>999.642,73</b>

Por esta razão as demonstrações financeiras de 2017 não são diretamente comparáveis com as do período de 2016.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas de seguida.

#### 3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

##### 3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

##### 3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas "Diferimentos" ou "Outras dívidas a pagar ou a receber".

##### 3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

##### 3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

### 3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6. Informação comparativa

As demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2017 não são diretamente comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, na medida em que refletem a fusão descrita na nota 2.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Na Demonstração dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

### 3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

### 3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### 3.2.4. Benefícios dos empregados

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

#### Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

#### 3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread (5%);
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

#### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

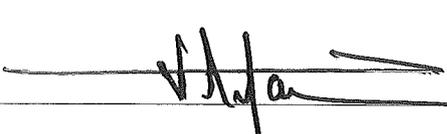
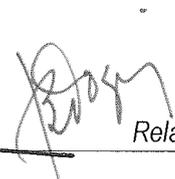
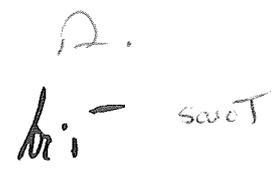
#### Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### Empréstimos e outras dívidas a pagar correntes e não correntes

Os financiamentos e as contas a pagar não correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.   

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

#### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

#### 3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito é reconhecido nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

### 3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos / outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento. No passivo, na rubrica "Outras dívidas a pagar" (conta 28 – "Rendimentos a reconhecer"), reconhece-se a parte correspondente a subsídios à exploração (subsídios relacionados com rendimentos).

Na Demonstração dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

### 3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" ou "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente. 

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

### 3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2014 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

### 3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	355,88	318,72
Depósitos bancários	15.640,06	7.490,05
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>15.995,94</b>	<b>7.808,77</b>

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
dstelecom, s.a.	48,49%

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais saldos entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	31.12.2017	31.12.2016
<b>Empresas do grupo</b>		
blu, s.a.	(1.845,00)	(368,83)
derivadas e segmentos, s.a.	38.723,93	-
domingos da silva teixeira, s.a.	104,00	(116,16)
dst center, s.a.	(2.214,00)	(553,50)
dstelecom, norte, s.a.	-	255.067,73
dstelecom, s.a.	38.194,47	311.207,62
	<b>72.963,40</b>	<b>565.236,86</b>
<b>Empresas associadas</b>		
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	-	58,94
	-	<b>58,94</b>
	<b>72.963,40</b>	<b>565.295,80</b>

Durante o período de 2017, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2017		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
<b>Empresas do grupo</b>			
blu, s.a.	-	(8.977,56)	-
derivadas e segmentos, s.a.	38.220,97	-	-
domingos da silva teixeira, s.a.	-	(168,31)	-
dst center, s.a.	-	(5.850,00)	-
dstelecom, norte, s.a.	117.845,84	-	8.725,36
dstelecom, s.a.	307.286,38	(109.263,00)	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	(511,00)	-
	<u>463.353,19</u>	<u>(124.769,87)</u>	<u>8.725,36</u>
	<b>503.353,32</b>	<b>(164.770,00)</b>	<b>8.725,36</b>

Durante o período de 2016, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2016		
	Vendas e serviços prestados	Compras e aquisições	Fornecimentos e serviços externos
<b>Empresas do grupo</b>			
blu, s.a.	-	-	(3.890,26)
derivadas e segmentos, s.a.	6.192,40	-	-
domingos da silva teixeira, s.a.	-	-	(5.115,36)
dst center, s.a.	-	-	(1.350,00)
dstelecom, norte, s.a.	65.485,94	-	-
dstelecom, s.a.	183.675,18	-	(49.665,00)
dte, instalações especiais, s.a.	-	(910,32)	(14.492,80)
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	-	(365,00)
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	38.196,61	-	-
	<u>293.550,13</u>	<u>(910,32)</u>	<u>(74.878,42)</u>

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante o período de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	2017	2016
Órgãos Sociais	21.776,78	20.977,20
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	<u>24.728,78</u>	<u>23.929,20</u>

## 6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2017, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.310.041,38	876.269,71	10.188.901,83
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.821.173,09	736.716,31	2.560.480,14
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7.488.868,29	139.553,40	7.628.421,69
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	8.104.531,18	(63.563,24)	8.040.967,94
5.1 Total das adições	8.405.708,80	45.773,42	8.451.482,22
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-
Fusão	8.405.708,80	45.773,42	8.451.482,22
5.2 Total das diminuições	301.177,62	109.336,66	410.514,28
Depreciações	301.177,62	109.336,66	410.514,28
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	15.593.399,47	75.990,16	15.669.389,63

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2016, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.294.638,26	876.269,71	2.055,74	10.172.963,71
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.547.530,81	632.235,24	2.055,74	2.181.821,79
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7.747.107,45	244.034,47	-	7.991.141,92
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(258.239,16)	(104.481,07)	-	(362.720,23)
5.1 Total das adições	15.403,12	-	535,00	15.938,12
Aquisições em 1.ª mão	15.403,12	-	535,00	15.938,12
5.2 Total das diminuições	273.642,28	104.481,07	535,00	378.658,35
Depreciações	273.642,28	104.481,07	535,00	378.658,35
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.488.868,29	139.553,40	-	7.628.421,69

Nos períodos de 2017 e de 2016, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2017			2016		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(410.514,28)	158.002,11	(252.512,17)	(378.658,35)	145.680,61	(232.977,74)
	(410.514,28)	158.002,11	(252.512,17)	(378.658,35)	145.680,61	(232.977,74)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

## 7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
Clientes c/c	177.672,85	589.140,98
Clientes de cobrança duvidosa	17.642,35	8.386,29
	<u>195.315,20</u>	<u>597.527,27</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(17.642,35)	(8.386,29)
	<u>177.672,85</u>	<u>589.140,98</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Reclamadas judicialmente	17.642,35	8.386,29
	<u>17.642,35</u>	<u>8.386,29</u>

Nos períodos de 2017 e de 2016, a rubrica "Imparidade de dívidas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2017			2016		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	(3.936,06)	-	(3.936,06)	-	-	-
Total	<u>(3.936,06)</u>	-	<u>(3.936,06)</u>	-	-	-

## 8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	16.383,29	8.211,03
	<u>26.383,29</u>	<u>8.211,03</u>
Outros devedores	6.487,36	125,50
	<u>33.283,15</u>	<u>8.336,53</u>

## 9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	14.644,40	5.794,21
Imposto sobre o valor acrescentado	586,50	-
	<u>15.230,90</u>	<u>5.794,21</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre o rendimento	1.534,85	280,44
Imposto sobre o valor acrescentado	19.351,72	9.707,02
Contribuições para a Segurança Social	640,91	643,04
	<u>21.527,48</u>	<u>10.630,50</u>

## 10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	-	511,00
Seguros	232,43	-
	<u>232,43</u>	<u>511,00</u>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	289.031,45	86.124,38
Outros rendimentos	-	2.181,90
	<u>289.031,45</u>	<u>88.306,28</u>

## 11. Capital subscrito

O capital societário da entidade no período aumentou para 100.000€, resultado da fusão, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontra-se totalmente realizado.

A entidade Vale e Mar – Comunidade Urbana detém 5.467 ações de categoria A e a Associação de Municípios do Vale do Minho detém 4.733 ações de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do ativo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes ações são ordinárias.

## 12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo sócio privado no valor de 12.288.597,46 euros, e que o Conselho de Administração considera que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores c/c	34.801,53	8.513,20
	<u>34.801,53</u>	<u>8.513,20</u>

14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
<b>Passivo não corrente</b>		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	1.188.382,08	584.238,62
	<u>1.188.382,08</u>	<u>584.238,62</u>
<b>Passivo corrente</b>		
Remunerações a pagar	979,32	984,57
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	223,39	28,37
Remunerações a pagar	2.846,25	4.269,38
Fornecimentos e serviços externos	5.242,18	2.444,50
	<u>8.311,82</u>	<u>6.742,25</u>
Passivos por impostos diferidos	-	-
Ajustamentos em subsídios ao investimento	62.612,75	30.237,34
Outros	750,00	750,00
	<u>73.325,10</u>	<u>38.714,16</u>

15. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2017 e de 2016, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2017			2016		
	mercado interno	mercado externo	Total	mercado interno	mercado externo	Total
Serviços prestados	377.816,93	-	377.816,93	342.701,39	-	342.701,39
	<u>377.816,93</u>	<u>-</u>	<u>377.816,93</u>	<u>342.701,39</u>	<u>-</u>	<u>342.701,39</u>

## 16. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS\_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser reconhecido ano a ano por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2017, o valor reconhecido, foi de 158.002,11€.

Em resultado da fusão, encontra-se também registado na rubrica "Outras variações no capital próprio" o subsídio obtido pela Valicom (entidade incorporada) referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS\_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.635.228,64 €.

## 17. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2017 e de 2016, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2017	2016
Subcontratos	4.572,41	3.661,30
Eletricidade	32.289,95	22.507,03
Combustíveis	267,75	66,48
Rendas e alugueres	55.249,00	50.265,00
Comunicação	82,85	116,25
Seguros	1.186,79	1.340,28
Contencioso e notariado	63,00	20,00
Conservação e reparação	642,09	4.244,14
Trabalhos especializados	13.250,00	7.500,00
Licenças de software	204,00	208,00
Outros FSE	69,00	-
	<b>107.876,84</b>	<b>89.928,48</b>

18. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

18.1. Pessoas ao serviço

	2017	2016
Administradores	5	5
	5	5

18.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2017 e de 2016, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	21.776,78	22.026,70
Encargos sobre remunerações	3.624,52	3.909,19
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	458,76	171,01
Gastos de ação social	53,03	53,03
Seguros de saúde e de vida	-	1,52
	<b>25.913,09</b>	<b>26.161,45</b>

19. Outros rendimentos

Nos períodos de 2017 e de 2016, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2017	2016
Rendimentos suplementares	14.111,87	13.091,34
Outros rendimentos	5.631,55	-
	<b>19.743,42</b>	<b>13.091,34</b>

## 20. Outros gastos

Nos períodos de 2017 e de 2016, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2017	2016
Impostos e taxas	2.660,00	2.596,74
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0,07
Insuficiência de estimativa para impostos	2.826,32	446,68
Serviços bancários	33,76	26,15
Outros gastos	10,59	1.000,00
	<u>5.530,67</u>	<u>4.069,64</u>

## 21. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2017) e a data de autorização para a sua emissão (1 de fevereiro de 2018), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

## 22. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

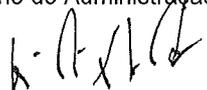
Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

23. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 1 de fevereiro de 2018.

Valença, 1 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

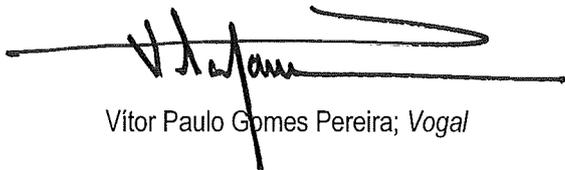


José Gonçalves Teixeira; *Presidente executivo*

A Contabilista Certificada n.º 55854,



Susana Maria Macedo Queirós



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*



João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

(em exercício de funções até ao dia 08 janeiro de 2018)

## E) Certificação Legal das Contas



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 15.911.804,90 euros e um total de capital próprio de 14.305.352,26 euros, incluindo um resultado líquido do período de 1.365,24 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

##### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### ÊNFASE

Conforme referido no ponto 2.2 do Anexo, no dia 30 de novembro de 2017 foi finalizado o processo de fusão da Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM ("Minhocom"), entidade incorporante, com a Valicom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM ("Valicom"), entidade incorporada. O projeto de fusão foi elaborado, em conjunto, e aprovado pelas administrações das duas sociedades envolvidas, com efeitos contabilísticos e fiscais a partir de 30 de novembro de 2017, sob a modalidade de fusão por incorporação, mediante a transferência total para a sociedade incorporante, Minhocom, pelo respetivo valor contabilístico, de elementos ativos e passivos que integram o património da sociedade incorporada, Valicom. Desta operação resultou um aumento do total do Ativo no montante de 8.772.052,57 euros, um aumento do Total de Passivo no montante de 999.642,73 euros e um aumento dos capitais próprios no montante de 7.772.409,84 euros. Por esta razão as demonstrações financeiras de 2017 não são diretamente comparáveis com as do período de 2016.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

##### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
N.º PC 503 951 842 | Capital Social 5 000 euros  
Membro da ABC & Associações - SROC, ACE  
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo da Negócios da Braga - Edifício A  
Av. D. João I, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47  
4715-275 Braga - Portugal  
T(+351) 253 203 529 F(+351) 253 203 521

Jmm

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, FVC  
4715-052 Braga - Portugal  
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759



## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 15 de fevereiro de 2018.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 NIPC 503 951 843 | Capital Social 5.000 euros  
 Membro de ABC & Associados - SROC, ACE  
 gpm@jmm.sroc.pt

#### Escritórios

Pólo de Negócios de Braga - Edifício A  
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47  
 4715-275 Braga - Portugal  
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31 R/C  
 4715-052 Braga - Portugal  
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

## F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.
2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
3. Em cumprimento do disposto da alínea k), do ponto 6, do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), também emitimos a Certificação Legal das Contas em 15 de fevereiro de 2018, com opinião não modificada e com ênfase.
4. Face ao exposto, e considerando que:
  - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
  - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e
  - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2017, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão; e
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 15 de fevereiro de 2018.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 NIPC 503 951 043 | Capital Social 5 000 euros  
 Membro da ABC & Associados - SROC, ACE  
 geral@jmmaro.pt

Escritórios

P2to da Negócios de Braga, Edifício A  
 Av. D. João II, n.º 404 - 4.º Piso, Escritório 47  
 4715-275 Braga - Portugal  
 T(+351) 253 203 620 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31 - R/C  
 4715-052 Braga - Portugal  
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759